



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

(Decreto nº 1.306/2011)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA

FUNÇÃO PLEITEADA: TGPB01 - Assistência Técnica de Gestão

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não rasga-lo) confira seus dados impressos e assinhe no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique que o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Terminado o teste objetivo, caso tenha trazido currículo, deverá se encaminhar ao local reservado para efetuar a entrega do currículo.
- 7º Após a entrega do currículo, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros. **Solicitamos sua compreensão e colaboração.**

BOA SORTE!!!

| | |
|------------------|--------------------------|
| Servidor: | |
| Matrícula | Função Pleiteada: |

| | | | | | | |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1- | 2- | 3- | 4- | 5- | 6- | 7- |
| 8- | 9- | 10- | 11- | 12- | 13- | 14- |
| 15- | 16- | 17- | 18- | 19- | 20- | 21- |
| 22- | 23- | 24- | 25- | | | |

1) Não constitui forma de provimento em cargo público:

- a) Aproveitamento;
- b) Reintegração;
- c) Nomeação;
- d) Readaptação;
- e) Designação.

2) O servidor, nomeado para o cargo de provimento efetivo, ficará sujeito a estágio probatório pelo período de três anos de efetivo exercício, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação de desempenho, observados os requisitos fixados em lei, dentre os quais:

- a) Eficiência e idoneidade moral;
- b) Conhecimento e pontualidade;
- c) Responsabilidade e conhecimento;
- d) Pontualidade e aptidão física;
- e) Aptidão física e responsabilidade.

3) Considere-se as seguintes premissas, relacionadas à licença para tratar de assuntos particulares:

- É uma prerrogativa do servidor;
- É concedida a critério da Administração;
- A licença é não-remunerada;
- A licença é improrrogável;
- A licença poderá ser cassada, quando o interesse do serviço exigir;
- É possível a concessão dessa licença aos servidores, detentores de cargos comissionados;

- a) Há exatamente duas premissas corretas;
- b) Há exatamente três premissas corretas;
- c) Há exatamente quatro premissas corretas;
- d) Há exatamente uma premissa incorreta;
- e) Há exatamente duas premissas incorretas.

4) São vantagens pecuniárias do servidor, caracterizadas como indenizações:

- a) Transporte e Auxílio para diferença de caixa;
- b) Auxílio para diferença de caixa e Salário-família;
- c) Salário-família e Transporte;
- d) Diárias e Transporte;
- e) Salário-família e Ajuda de custo.

5) O abono de Natal, que será pago anualmente a todo servidor municipal, será calculado sobre:

- a) A média das remunerações permanentes percebidas durante o ano correspondente;
- b) A média das remunerações permanentes e transitórias percebidas durante o ano correspondente;
- c) O valor da remuneração percebida no respectivo mês de pagamento do abono;
- d) A remuneração devida em novembro para cálculo da primeira parcela e de dezembro, para a segunda parcela;
- e) o vencimento do cargo e as vantagens permanentes devidas em dezembro do ano correspondente, acrescida da média das vantagens pecuniárias temporárias, a qualquer título, recebidas pelo servidor nos meses de dezembro do ano anterior até novembro do ano correspondente.

6) Não se concederá Licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo:

- a) Estiver licenciado, para tratar da própria saúde, em período superior a 180 dias;
- b) Exercer cargo em comissão em qualquer órgão ou entidade do Município de Londrina;
- c) Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
- d) Mantiver a acúmulo de cargos, em período superior a 360 dias, ainda que previsto na Constituição Federal;
- e) Não apresentar a declaração anual de bens.

7) O servidor público estável somente perderá o cargo:

- I. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II. Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III. Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada a ampla defesa;
- IV. Para atender à limitação de despesa com pessoal, na forma e nos limites estabelecidos pelo art. 169, da Constituição Federal.

É correto afirmar que:

- a) Há somente uma hipótese correta;
- b) Há somente duas hipóteses corretas;
- c) Há somente três hipóteses corretas;
- d) Todas as hipóteses estão corretas;
- e) Todas as hipóteses estão incorretas.

8) A investidura em cargo público pressupõe:

- a) Uma nomeação;
- b) Uma designação;
- c) A estabilidade;
- d) A vacância;
- e) O exercício.

9) São princípios constitucionais que regem a Administração Pública:

- a) Legalidade, Privacidade, Moralidade, Publicidade e Razoabilidade;
- b) Legalidade, Impessoabilidade, Disponibilidade, Publicidade e Razoabilidade;
- c) Legalidade, Impessoabilidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;
- d) Legalidade, Disponibilidade, Privacidade e Publicidade;
- e) Legalidade, Personalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

10) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista lei, exceto:

- a) Para cargos efetivos;
- b) As nomeações para cargo em comissão;
- c) Para as carreiras de magistério;
- d) Em atividades relacionadas à saúde pública;
- e) Aos cargos, declarados por lei, em transição.

11) Constitui hipótese de acumulação remunerada de cargos públicos, autorizada pela Constituição Federal:

- a) Um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- b) Dois cargos com profissões regulamentadas;
- c) Um cargo de médico e outro técnico;
- d) Dois cargos científicos;
- e) Dois cargos técnicos.

12) São modalidades de licitação:

- a) a concorrência, a tomada de preço, o convite, o concurso, o leilão e o pregão.
- b) apenas a concorrência, a tomada de preço, o convite e o pregão.
- c) apenas a concorrência e a tomada de preços.
- d) apenas a concorrência e o pregão.
- e) a cotação e o pregão.

13) Dentre as modalidades de licitação, aquela utilizada para a venda de bens móveis inservíveis, é definida pela Lei nº 8.666/93 como:

- a) pregão;
- b) leilão;
- c) cotação;
- d) proposta;
- e) lances verbais.

14) De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública, é inexigível a licitação:

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) quando não acudirem interessados à licitação anterior e, justificadamente, não puder ser repetida a licitação sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- c) em caso de inviabilidade de competição para aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por empresa ou representante comercial exclusivo.
- d) quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- e) nos casos de tomada de preços, tipo melhor técnica.

15) Constitui hipótese de extinção de cargo público:

- a) A cessão de servidor, detentor do respectivo cargo, por mais de um ano, para desempenhar suas atividades em entidades federais;
- b) A aposentadoria de servidor, detentor de cargo transitório;
- c) A exoneração do servidor, de ofício;
- d) A progressão do servidor, em sua carreira, através de processo de promoção por competência e habilidades;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

16) O “conjunto de funções e responsabilidades, criado por lei, com denominação própria, em número certo e salário nominal” denomina-se:

- a) Função Pública;
- b) Carreira;
- c) Autarquia;
- d) Função de confiança;
- e) Cargo público.

17) Poderá ocorrer transferência de lotação do servidor municipal, desde que:

- a) Atendidos os critérios de conveniência e interesse público;
- b) O interessado requerer;
- c) A Corregedoria-geral do Município recomendar a remoção, em decorrência de Processo Administrativo Disciplinar;
- d) Constatado o abandono de posto de trabalho, por mais de 30 dias consecutivos, ou 60 dias intercalados;
- e) Constatado que o cargo do servidor encontra-se excedente.

18) Atualmente, o quadro de vencimentos dos cargos dos servidores do Município de Londrina encontra-se organizados em:

- a) Categorias, Classes e Carreiras;
- b) Classes, Carreiras e Referências;
- c) Carreiras, Níveis e Padrões;
- d) Níveis, Referências e Classes;
- e) Padrões, Carreiras e Referências.

19) O Controlador-geral:

- a) É responsável pela defesa judicial da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Londrina;
- b) Diz respeito ao titular do órgão responsável pela execução das sindicâncias e processos administrativos disciplinares;
- c) É exercido por servidor público, detentor de cargo efetivo;
- d) Desempenha suas atividades mediante designação de função de confiança pelo Prefeito;
- e) Ocupa um cargo em comissão.

20) O Quadro de Cargos do Município de Londrina atualmente se encontra subdividido em:

- a) Cargos em comissão e em carreira;
- b) Cargos efetivos e em comissão;
- c) Cargos em Carreira e efetivos;
- d) Cargos em comissão e essenciais;
- e) Cargos essenciais e de gestão.

21) Como regra geral, de acordo com a Lei nº 9.337/2004, o recém-empossado em cargo público inicia sua carreira sendo posicionado:

- a) Na Classe 1, Referência I, do Nível A;
- b) Na Referência I, Classe 1, do Nível A;
- c) No nível 1, Referência I, da Classe A;
- d) Na Classe 1, do Nível I, da Referência A;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

22) Considere somente as seguintes espécies de promoções funcionais:

- **Promoção por Competências e Habilidades;**
- **Promoção por Titulação;**
- **Promoção por Formação em Nível Superior;**
- **Promoção por Merecimento;**
- **Promoção por Antiguidade;**

De acordo com a Lei Municipal nº 9.337/2004:

- a) Há previsão para uma espécie de promoção;
- b) Há previsão para todas as espécies de promoção;
- c) A participação do servidor em uma promoção exclui a possibilidade de participar de outra;
- d) Há previsão para duas espécies de promoção;
- e) Há mais de uma alternativa correta.

23) De acordo com o artigo 165 § 5º, a Lei Orçamentária anual compreenderá:

- a) O orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social;
- b) O orçamento geral, o orçamento da previdência e o orçamento do Plano de Saúde;
- c) A Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Geral;
- d) O orçamento da Administração Direta, o orçamento da Administração Indireta e o orçamento da seguridade social;
- e) O orçamento geral da Administração Direta, o orçamento da Administração indireta e o orçamento da Câmara Municipal.

24) A Constituição Federal de 1988 delineou o modelo do atual ciclo de planejamento e orçamento, definindo três instrumentos, com força de leis, Assinale a alternativa que contém os três Instrumentos:

- a) O Orçamento Fiscal, as Diretrizes Orçamentárias e as despesas com pessoal e encargos sociais;
- b) O Orçamento de Investimentos, os Créditos Adicionais Suplementares e as despesas com educação;
- c) O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA;
- d) O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orgânica do Município;
- e) O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

25) A Lei de Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa do:

- a) Poder Legislativo;
- b) Poder Executivo;
- c) Poder Judiciário;
- d) Poder Executivo e Legislativo;
- e) Qualquer dos Três Poderes.